

Área ardida diminuiu este ano 69% face à média da última década

25 de Outubro, 2018

O número de incêndios diminuiu este ano 43% em relação à média da última década e a área ardida baixou 69%, indica um balanço de 2018 do Ministério da Administração Interna (MAI), que vai ser apresentado, ao qual a Agência Lusa noticiou.

Estes dados do MAI vão ser divulgados durante um 'briefing' operacional de "balanço dos incêndios rurais de 2018" que se realiza na Tapada Nacional de Mafra, antes da realização do Conselho de Ministros.

O balanço, a que a agência Lusa teve acesso, adianta que este ano foram detidas 149 pessoas e identificados 805 suspeitos pelo crime de incêndio florestal, além de se terem registado 336 contraordenações devido a queimadas e 621 devido a queima de sobrantes e realização de fogueiras.

Este ano foram também levantados 7.549 autos de contraordenação pela não limpeza de terrenos no âmbito do sistema de defesa da floresta contra incêndios.

O balanço do MAI precisa que para a redução de ignições em 43% face à média dos dez anos anteriores terá contribuído "a aposta na sensibilização da população, a implementação dos programas 'Aldeia Segura' e 'Pessoas Seguras', o reforço das vigilância, patrulhamento florestal e fiscalização através do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) e Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da GNR".

Os incêndios florestais consumiram este ano 43.532 hectares, significando uma redução em 69% relativamente à média dos dez anos anteriores.

O MAI atribuiu esta redução ao reforço do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR) e ao desempenho dos agentes de proteção civil, destacando os bombeiros.

Segundo o MAI, as soluções de redundância da rede SIRESP (Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal) "revelaram-se eficazes e o sistema funcionou sem constrangimentos".

Este ano foi reforçada a rede SIRESP com quatro estações móveis, ministrada mais formação dos utilizadores, colocados elementos da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) no Centro de Operação e Gestão do SIRESP nos grandes incêndios e instalados sistemas de redundância de transmissão e energia.

"O SIRESP atualmente dispõe de sistemas satélite que garantem o funcionamento do sistema mesmo com comprometimento da rede de transmissão e 18 geradores que são projetados sempre que uma estação base passe a ser alimentada por baterias", refere o MAI.

Este ano acabaram as fases de combate a incêndios, passando a existir um dispositivo permanente composto por elementos dos GIPS da GNR, Equipas de Intervenção Permanente (EIP) nos corpos de bombeiros, Força Especial de Bombeiros e Equipas de Sapadores Florestais e dez meios aéreos ao longo de todo.

Com um aumento de 79 EIP e de 600 elementos na GNR (500 para o GIPS e 100 para o SEPNA), o DECIR contou este ano, no período de maior reforço de meios e considerado de maior risco de incêndio, com mais 1.027 operacionais e sete meios aéreos.

O reforço de meios foi prolongado este ano por duas vezes devido às condições meteorológicas, o primeiro foi a 01 de outubro, com a manutenção do dispositivo na sua capacidade máxima de resposta, e o segundo a 16, terminando este aumento de meios terrestres a 31 de outubro.

No âmbito da prevenção, o MAI destaca a criação de uma linha de crédito de 50 milhões de euros destinada às autarquias locais que executaram ações de gestão de combustível em substituição dos proprietários, o sistema de aviso por mensagem de telemóvel e a instalação de 32 novas câmaras de videovigilância florestal, além da criação dos programas 'Aldeias Seguras' e 'Pessoas Seguras'.

Segundo o MAI, o programa 'Aldeias Seguras', que visa promover a proteção de aglomerados populacionais e de proteção florestal, envolve atualmente 1630 aglomerados, estando designados 1630 oficiais de segurança, foram elaborados 720 planos de evacuação e identificados 1.310 locais de abrigo e refúgio.

O Conselho de Ministros realiza-se hoje na Tapada de Mafra, sendo antecedido por um 'briefing operacional' aos membros do Governo e à comunicação social, com intervenções dos presidentes do Instituto Português do Mar e Atmosfera, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, da Autoridade Nacional de Proteção Civil e da Estrutura de Missão para a Instalação do Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais.